DUODÉCIMO

Câmara devolve mais de R$ 3 milhões ao Município

Valor foi transferido para a conta da Prefeitura de Tangará da Serra

FABÍOLA TORMES / Redação DS

O Poder Legislativo de Tangará da Serra devolveu ao Município a quantia de R$3.081.118,51, referente a devolução de duodécimo (R$2.837.222,49) do exercício financeiro de 2023, anulação de resto a pagar de 2023 (R$8.471,33) e juros de aplicação financeira (R$235.424,69).

O valor foi transferido para a conta da Prefeitura de Tangará da Serra em dezembro passado, contudo, a formalização da devolução do recurso acontecerá nos próximos dias, assim que o prefeito Vander Masson retornar das férias.

Segundo o presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, vereador Romer Sator Yamashita – Romer Japonês, o ano de 2023 foi de muitos investimentos e mudanças, mas que, mesmo assim, resultaram neste montante significativo. "No ano passado fizemos, só aqui na Câmara, a aquisição de materiais permanentes, aquisição de carro, capacitação de servidores, compra de mobília para os gabinetes e computadores, um investimento de quase 1 milhão de reais, fora o projeto arquitetônico (...) e ainda, com todos esses investimentos, nós devolvemos três milhões e 81 mil para o Prefeito Vander Masson", destaca o presidente.

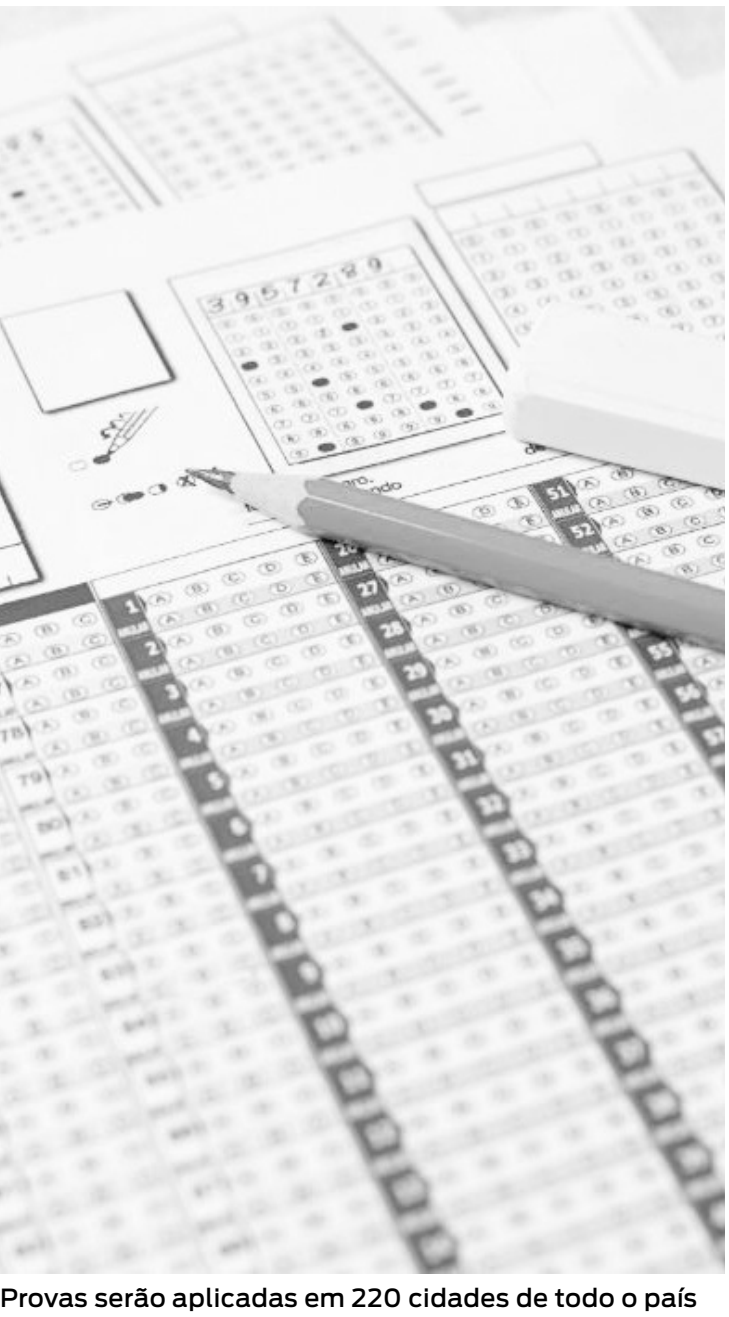
> "Devolvemos três milhões e 81 mil para o Prefeito Vander Masson

O valor não utilizado pelo Poder Legislativo referente ao exercício financeiro de 2023 é resultante de uma economia mantida pela Casa, assim como aconteceu nos anos anteriores. Em 2022 o repasse foi de R$3,2 milhões, em que parte dele foi aplicado no asfaltamento da Estrada do Mutum e Estrada São José, como sugerido pelos vereadores.

Para este ano, segundo Romer, o pedido será para posterior utilização na construção e reforma da Câmara Municipal, em que o processo está em andamento.

Presidente da Câmara, Romer Japonês

Vale lembrar que em março passado o Poder Legislativo abriu processo, na modalidade concurso, para seleção do melhor projeto arquitetônico referente a reforma do prédio da Câmara Municipal. Posteriormente foi dado continuidade com o projeto executivo da obra, tendo como ganhadora da licitação a empresa ML Projetos, do Espírito Santo. A empresa realizou os primeiros levantamentos e tem até junho para entregar o projeto executivo completo, para, finalmente, licitar a construção/reforma do prédio.


Provas serão aplicadas em 220 cidades de todo o país

ATENÇÃO

Edital do Concurso Unificado será publicado nesta quarta

Serão selecionados 6.640 servidores para 21 órgãos públicos

PEDRO PEDUZZI / Agência Brasil

Será publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 10, o edital com as regras para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), que selecionará 6.640 servidores para 21 órgãos públicos.

A previsão é de que as inscrições estejam abertas entre os dias 19 de janeiro e 9 de fevereiro e que a prova seja aplicada no dia 5 de maio.

De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o edital apresentará "informações sobre os blocos temáticos, conteúdos das provas, critérios de classificação e desclassificação, lista de espera, cadastro de reserva, validade do certame e composição das notas finais".

Em nota divulgada pela pasta, a secretária-adjunta de Gestão de Pessoas, Regina Camargos, adiantou que a metodologia a ser adotada no concurso é inovadora, e que as provas serão aplicadas em 220 cidades de todo o país por meio de parceria com o Cesgranrio.

> "É um feito inédito que exige preparação inédita também

"É um feito inédito que exige preparação inédita também", informou a secretária ao explicar que a ampliação do número de cidades tem por objetivo,-garantir que regiões metropolitanas tenham provas em mais de uma cidade.

INOVAÇÕES - Entre as inovações a serem adotadas está a previsão de que uma inscrição valha para o processo seletivo de mais de um órgão. Outra novidade é a busca pela "igualdade de oportunidades de acesso" aos cargos públicos efetivos.

"Queremos democratizar o acesso a essas vagas. Muitas pessoas sequer conseguiam prestar concursos porque precisavam se deslocar para outros estados, o que muitas vezes é muito dispendioso", justificou a secretária.